

A QUESTÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA: O GRANDE DESAFÍO DO SÉCULO XXI

Maria Luisa Ortíz Alvarez
Universidade de Brasília

Todo ato cultural vive por essência sobre fronteiras: nisso está sua seriedade e importância, abstraído da fronteira, ele perde terreno, torna-se vazio, degenera e morre.

Mikhail Bakhtin

A diversidade cultural apresenta um duplo desafio: assegurar a coexistência harmoniosa entre indivíduos e grupos de culturas diferentes enquanto defende a criatividade por meio de inúmeras expressões culturais de todos os países.

A diversidade cultural é uma fonte de dinamismo social e econômico que pode enriquecer a vida humana no século XXI, suscitando a criatividade e fomentando a inovação. Reconhecemos e respeitamos a importância da diversidade na expressão lingüística e criadora.

(Declaração de Okinawa, julho de 2000)

A diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que podemos fazer a seu respeito é que cada cultura contribua para a generosidade dos outros.

Claude Lévi-Strauss , 1985.

Hoje a integração da América Latina constitui um imperativo histórico e caminho necessário para o desenvolvimento econômico, social e político dos países da região e, além disso, ela estimula sobremaneira a divulgação das culturas nacionais dos povos envolvidos. Dentro desse contexto de integração econômica, social e cultural fica implícita a necessidade também de uma aproximação ou integração lingüística. Assim, este trabalho pretende mostrar a importância dessa integração para análise, discussão e compreensão da questão da diversidade cultural, o grande desafio do século XXI dentro do marco da globalização. Para tal objetivo partimos de três conceitos – chave, diversidade cultural, globalização e integração, que refletem a realidade social atual da qual a nossa geração faz parte. Dependendo de como a compreendermos e avaliarmos esses conceitos eles serão proveitosos e favoráveis ou não para as futuras gerações.

- **Diversidade Cultural**

A maior parte das sociedades contemporâneas é multicultural, multiétnica ou mestiças. Isso significa que se caracterizam por uma enorme variedade de identidades simbólicas e expressivas. Esta afirmação também se aplica às novas nações latino-americanas que se formaram a partir da expansão comercial européia do século XVI, quando culturas milenares e radicalmente distintas foram protagonistas do que se constituiu em uma das mais extraordinárias e trágicas experiências de encontro de civilizações da história da humanidade. Assim, os povos que vieram a formar o Novo Mundo se confrontaram com uma enorme diversidade de referências para definir os seus modos de inserção em suas sociedades e os seus modelos de vida. Hoje é perfeitamente visível o diversificado mosaico cultural que, nos últimos quinhentos anos, formou-se nas Américas, resultante da grande variedade de experiências e de realizações humanas produzidas por esses povos. Baseia-se na sua história, nas suas tradições e seus idiomas, na sua criatividade e singularidade envolvendo por igual o que se costuma designar como cultura erudita e cultura popular.

O panorama social e político contemporâneo das Américas estão dominados por demandas de reconhecimento público de múltiplas expressões simbólicas, freqüentemente traduzidas na afirmação de novos e velhos direitos de cidadania, cuja natureza varia do reconhecimento das raízes étnicas, religiosas e culturais de grupos específicos – como os indígenas ou os descendentes de imigrantes - até a valorização dos legados materiais e imateriais deixados como herança identitária dos grupos formadores das sociedades nacionais.

Expressão da construção social de sentido dos modelos de vida que os povos adotam em sua trajetória, a cultura realiza-se através de um movimento permanente de mutação. Por isso, se a diversidade cultural é um componente fundamental da história da maior parte dos latino-americanos, submetendo-os a uma intensa troca de perspectivas de vida, ela também envolve um processo constante de construção e reconstrução das suas identidades. Isso significa que o fenômeno da cultura não existe fora dos contextos em que se produzem as identidades que são o seu substrato mais profundo, é uma referência às condições de possibilidade do próprio modo como o auto-reconhecimento e a criatividade dos povos forjam modelos alternativos de vida.

No entanto, devido a uma série de fatores como, por exemplo, a mundialização da cultura, a discussão passou por dois desdobramentos contraditórios. Por uma parte, é como se o mundo tivesse ingressado em um processo de ampla atenuação das diferenças culturais, como se os povos estivessem sendo confrontados. Esse fato levou alguns autores a considerarem que o fenômeno da variação entre as culturas estivesse se suavizando através de um processo que tenderia a tornar mais pálidas as diferenças entre os povos. É como se os povos entrassem em um processo de relativa homogeneização cultural, como se o que contasse agora fosse a tendência de reconhecer exclusivamente os valores da própria cultura que, ao mesmo tempo, estimula o ressurgimento de formas novas de etnocentrismo.

Outros, ao contrário, identificam na diversidade cultural um valor humano a ser preservado. Seja diluindo os efeitos das diferenças entre as culturas, seja caracterizando-as essencialmente como fonte de conflito. Percebe-se que as duas visões omitem o fato de que a diversidade traduz modos de ser alternativos em face de modelos culturais dominantes nas sociedades. Dependendo do contexto, as diferenças culturais podem operar como janelas através das quais os indivíduos e os grupos coletivos se arejam e, assim, capacitar-se para desenvolver uma avaliação crítica de si mesmos e de suas culturas. Assim, partindo do ponto de vista de que a formação da identidade dos povos passa, necessariamente, pelo processo de reconhecimento de suas peculiaridades específicas, a aceitação dos modos de ser dos outros opera como um elemento central do próprio processo de auto-identificação. Mas e a globalização? Como a diversidade cultural convive com o processo de globalização? A seguir falaremos a respeito dessa questão.

- **GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL**

A globalização não é um fenômeno unidimensional, ela é melhor caracterizada como um processo de progressiva inter-relação entre diferentes sociedades do mundo como um todo nas três esferas determinantes da dinâmica social: a econômica, a política e a cultural. O multiculturalismo constitui o pilar ideológico da dimensão cultural da globalização. A premissa é de que cada povo continuará falando na sua língua, mantendo seus costumes, etc., mesmo enquanto se envolve em trocas e relações com povos muito diferentes. Por outro lado, a globalização é vista como abertura a novas oportunidades, não somente na economia, mas também na cultura e na política, é cooperação interinstitucional que as sociedades enfrentam a partir do fortalecimento de seus recursos morais, culturais e democráticos.

A idéia de que as diferenças culturais estão se diluindo ou simplesmente organizando de um modo novo os conflitos internacionais, se choca também com a noção que, reconhecendo a importância da diversidade cultural, identifica nos efeitos da globalização ameaças e oportunidades que não podem ser desprezadas. A globalização, ao tentar unificar os mercados e, conseqüentemente padronizar hábitos de consumo, acelerando a sua massificação em escala mundial, seja em função das recentes transformações tecnológicas que atingem os meios de comunicação, seja por causa da tendência de fusão de indústrias culturais como a do audiovisual e da informática, não só ameaça as diferenças culturais entre os povos, mas também cria novos meios, inclusive mais ágeis de comunicação, entre eles, suscita o risco de uniformização cultural. Tal uniformização comprometeria as identidades culturais e alguns autores acreditam que, por essa via, colocaria em questão a própria soberania das nações (Bayardo & Lacarrieu, 1998; Featherstone, 1990; Tomlinson, 1999).

Mas é preciso lembrar que os países diferenciam-se desigualmente em função de sua capacidade de absorção de conhecimento e de avanços tecnológicos que afetam a distribuição de bens e serviços culturais: os países pequenos (e, muitas vezes, também os médios) resistem mal ou não resistem à introdução de valores culturais que, resultantes dos esquemas de produção das grandes nações, embaralham ou dissolvem os valores locais. Tais processos, ao abrir a possibilidade de uma nova era de comunicação entre os povos com a possibilidade de favorecer a criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos processos criativos do que se costuma designar como cultura erudita e cultura popular, também universalizam valores muitas vezes desconexos de suas raízes locais e nacionais. Assim, a diversidade cultural afeta as seguintes ordens de realidades: a) a de países (grandes, médios e pequenos e suas regiões); b) a de empresas (grandes, médias e pequenas); c) a de modelos institucionais de gestão cultural (mercado puro, serviço público e empresas ou instituições sem fins lucrativos); d) a da relação entre o que se designa como cultura erudita e cultura popular; e e) a das diferentes linguagens da cultura.

O aspecto mais notável, no entanto, da maior parte desses múltiplos casos de movimentos étnicos que lutam pelo reconhecimento de sua identidade e se opõem à sua completa ocidentalização, é que tanto o modo como procuram se apropriar do conhecimento e dos recursos tecnológicos modernos, como suas reivindicações de maior autonomia e de respeito às diferenças culturais são todos dirigidos aos seus Estados nacionais.

Mesmo sendo a maior parte das nações americanas mestiças ou multiculturais, nas quais se cruzam permanentemente distintas formas de disputar e de negociar o sentido da sua integração na modernidade, a questão da sua identidade nacional não está comprometida. Isto, aliás, foi reconhecido pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO que, nas suas recomendações, propôs que *“La mejor manera de dar espacio a la diversidad étnica es crear un sentido de nación como comunidad cívica, arraigada en valores que puedan ser compartidos por todos los grupos étnicos de la sociedad nacional; será tanto más fácil crear este sentido de pertenencia a una comunidad cívica si el concepto de ‘nación’ se sustrae a toda connotación de exclusividad étnica”* (UNESCO, 1997). A recomendação tem reflexos, também, para o tema do desenvolvimento, cuja promoção corresponde, na maior parte das vezes, aos Estados nacionais. Mas só recentemente, como se sugere a seguir, o desenvolvimento se articulou com as exigências da cultura.

- **E O MERCOSUL?**

O Mercosul é um bloco regional de nações formado para melhorar as condições de seu intercâmbio comercial com o resto do mundo em face das condições geradas pelo processo de globalização. Ele surgiu com a intenção de criar uma zona de livre comércio em plano regional com o objetivo de tornar-se mercado comum, em longo prazo. Em consequência, desde seu nascimento, seu foco central tem sido seu desenvolvimento em termos econômicos, ficando as

preocupações com as questões culturais ausentes das negociações originais que deram origem ao Tratado de Assunção. Os considerandos desse tratado fazem referência à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento científico e tecnológico, à melhoria da qualidade de vida e à economia em geral - todos esses temas que, em sentido bastante amplo e abrangente, podem ser incluídos no campo de preocupações da cultura; mas em nenhum momento existe qualquer referência, no tratado ou mesmo nos discursos doutrinários dos Chefes de Estado que tomaram a iniciativa de formar o bloco, à cultura como simbolismo, tanto em seu significado material como imaterial.

O tratamento específico dado à questão da diversidade cultural no âmbito do Mercosul tem sido bastante limitado, embora tenha começado a tomar parte das declarações resultantes de reuniões de ministros de Cultura da região especialmente a partir do ano 2000. Com efeito, como indicam os exemplos apresentados a seguir, o tema começa a ser considerado no plano declaratório e, se isso for acompanhado das decisões necessárias para se implementar as medidas que correspondem às declarações, importantes passos para a inclusão da diversidade cultural nos projetos de desenvolvimento da região serão tomados:

- ***Declaração da X Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul, junho de 2000:***
 - *Ratificar a importância estratégica da cultura para a constituição da identidade regional e para lograr-se uma melhor qualidade de vida para seus habitantes;*
 - *Intensificar a adoção de políticas regionais em matéria de livre circulação de bens e atividades culturais, com base em uma estratégia comum de intercâmbio com outros países e regiões;*
 - *Promover as indústrias culturais da região em vista de tratar-se de atividades de profunda incidência econômica e sociocultural para o desenvolvimento sustentável dos países da região;*
 - *Referendar o apoio aos criadores e a todas suas formas de livre expressão, como parte fundamental da riqueza que decorre da diversidade cultural dos povos da região.*

- ***Declaração da XI Reunião de Ministros do Mercosul, dezembro de 2000:***
 - *Reconhecer que a diversidade cultural é um fundamento da identidade nacional dos Estados membros e associados, e que a sua promoção deve seguir uma agenda que estimule as manifestações culturais do Mercosul. Nesse contexto, o debate relativo ao comércio e intercâmbio de bens e serviços culturais deve orientar-se no sentido da abertura de oportunidades para os países membros, que deverão coordenar seus esforços frente às iniciativas apresentadas nos fóruns internacionais;*
 - *Estabelecer uma política de difusão cultural para que a produção regional esteja presente nos mercados internacionais.*

- ***Declaração da XII Reunião de Ministros do Mercosul, maio de 2001:***
 - *Insistir na importância e na complexidade da diversidade cultural como fundamento da identidade nacional dos Estados membros e associados, pôr ela ser uma expressão essencial dos direitos humanos;*
 - *Orientar as políticas públicas para preservar nossas identidades na diversidade e nossas indústrias culturais no mercado nacional e internacional, como resposta aos desafios que apresenta a globalização financeira, comercial e mediática em que se encontram imersos os nossos países;*
 - *Defender, perante os organismos internacionais, o direito de promover o desenvolvimento de nossas indústrias culturais;*
 - *Destacar o papel da cultura como um componente essencial da projeção da imagem de nossos países.*
- ***Declaração da XIII Reunião de Ministros do Mercosul, novembro de 2001:***
 - *Realizar esforços conjuntos para que os produtos culturais da região se façam presentes nos mercados internacionais;*
 - *Reconhecer a importância das culturas originárias na formação das futuras gerações para o processo de fortalecimento da integração de nossos povos.*

Como podemos perceber, os esforços expressos por essas declarações apontam na direção de criar-se uma base de compreensão comum sobre a importância da cultura e de sua diversidade para o desenvolvimento que, nessa concepção, deveria passar a funcionar como elemento de definição das políticas públicas adotadas para o setor pelos países que integram o bloco. Contudo, no plano interno dos países membros do Mercosul o reconhecimento da diversidade cultural ainda está circunscrito a alguns poucos aspectos. As medidas efetivas de defesa de grupos étnicos e de minorias raciais e culturais são ainda parciais.

Alguns exemplos dessas políticas são as medidas de proteção aos descendentes de povos indígenas na Argentina, Chile, Brasil e Paraguai: em países como o Brasil e o Paraguai o reconhecimento dos direitos desses povos levou seus governos a adotar uma política de delimitação de reservas territoriais, através da qual os Estados nacionais se obrigam a dar proteção e estender alguns serviços públicos, como segurança, educação e saúde, às populações indígenas localizadas em áreas determinadas do espaço nacional. Existe a preocupação também de preservar os patrimônios históricos e culturais desses povos na Argentina, Brasil e Paraguai, a exemplo dos programas destinados a recuperar a cultura material e imaterial das áreas das antigas Missões jesuíticas, implantadas durante a colonização. Ao mesmo tempo, os organismos oficiais de cultura do Paraguai desenvolvem programas de preservação do patrimônio lingüístico dos descendentes de índios, particularmente, o guarani, língua que ainda é falada por grande parte da população paraguaia. Essa preocupação levou os países membros do Mercosul a adotarem resoluções específicas de defesa dos patrimônios lingüísticos

ancestrais, cujos programas estão se iniciando agora e deverão ter cada vez mais importância em futuro próximo.

Nesse sentido, a avaliação das políticas adotadas por casos individuais pode oferecer subsídios para a análise do panorama geral.

- **JÁ FORAM DADOS OS PRIMEIROS PASSOS**

O reconhecimento internacional da diversidade cultural tem sido objeto de informes e resoluções de organismos como a Unesco que, já em 1995, no texto **Nossa Diversidade Criadora** propôs uma nova relação do tema com os programas de desenvolvimento; em 1998, em seu Plano de Ação, incluiu a política cultural como um condicionante do desenvolvimento; e, em 2001, em sua Declaração Universal sobre o tema, considerou que o respeito à diversidade cultural é não só um direito dos povos, mas uma condição indispensável das políticas desenhadas para promover o diálogo entre os povos (UNESCO, 1997; 1998; 2001).

Em novembro de 2001, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal da UNESCO em Diversidade Cultural. Posteriormente a ONU proclamou o dia 21 de maio como o Dia Mundial da Diversidade cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento por meio da Resolução 57/249.

- **No Brasil**

No plano das relações internacionais, os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores têm trabalhado em conjunto em prol da chamada Convenção da UNESCO sobre diversidade cultural, através da qual os países assumirão uma série de compromissos em torno da promoção e da proteção da diversidade cultural. É fundamental que os mecanismos ativos de política cultural sejam fortalecidos no nível das relações internacionais. Para o Governo brasileiro, proteger e promover as expressões culturais em sua diversidade é direito legítimo dos cidadãos, da sociedade civil e dos estados nacionais.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, além de participar da construção da agenda internacional sobre Diversidade Cultural, colabora na estruturação das políticas culturais no Brasil a partir do conceito de Diversidade Cultural, o que nos coloca outros dois desafios.

O primeiro é o entendimento do conceito de Diversidade Cultural no contexto da cultura brasileira, trabalhado de maneira transversal aos segmentos governamentais e da sociedade civil.

Outro desafio é o de estabelecer diálogos com grupos e redes culturais representativas da diversidade cultural brasileira ainda excluídas do acesso aos instrumentos de política pública de cultura e contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção e promoção da nossa Diversidade Cultural.

Em junho de 2007, entre os dias 27 e 29 foi realizado em Brasília O Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural no qual se debaterá o desafio da coexistência harmoniosa de grupos humanos e culturas diversificadas. O evento, coordenado pelo Ministério

da Cultura em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), marca a participação do Brasil nas discussões mundiais sobre o tema. O país foi eleito membro do Comitê Inter-governamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além do Brasil, 23 países foram eleitos. O comitê terá mandato de dois anos, com a função de incentivar a implementação e promoção dos objetivos da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, pacto internacional, aprovada em 2005 pela UNESCO. A proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO) foi aprovada na França em outubro de 2005. Atualmente cinquenta e seis (56) países ratificaram a convenção, entre eles Brasil, Canadá e França.

A convenção aponta a necessidade de os países aprofundarem as relações entre a cultura e o desenvolvimento sustentável como fator de desenvolvimento econômico; a importância da interação com expressões culturais do mundo destacando o respeito aos direitos humanos, à cultura das minorias e dos povos indígenas. “Em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade das expressões culturais, sejam elas de seu país ou de outros”, diz o texto. A convenção prevê também a criação de um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, que recebe doações dos países participantes, além de um banco de dados para compilar estatísticas e experiências bem sucedidas.

Desses processos, a participação da sociedade não pode ser excluída. Fica claro que cabe às partes encorajar a participação ativa da sociedade, assim como criar mecanismos para a produção, difusão e distribuição das expressões culturais.

- **ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS DE DEFESA DA DIVERSIDADE CULTURAL**

Experiências nacionais como as do Brasil e de outros países são importantes para o exame de possíveis recomendações sobre o papel dos organismos internacionais na definição de políticas públicas de defesa da diversidade cultural, mas a análise das seções anteriores sugere a necessidade de se adotar uma perspectiva mais abrangente para o estabelecimento de estratégias capazes de sustentar uma nova relação entre cultura e desenvolvimento em escala internacional. Os aspectos mencionados a seguir têm por objetivo sugerir pontos de partida para a discussão necessária nesse terreno.

– Os organismos internacionais de cooperação como a Organização dos Estados Americanos – OEA, Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI e Mercosul, da mesma forma que os Bancos internacionais de financiamento do desenvolvimento, a exemplo do Banco Mundial – BM e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para além de se comprometerem em respeitar, preservar e defender a diversidade

cultural em suas resoluções e ações, devem ser capazes de reconhecer as oportunidades e ameaças que decorrem dos processos de globalização da economia e da cultura para o tema, como se exemplifica a seguir.

Como dito antes, por uma parte, a globalização acelera enormemente as possibilidades de comercialização de bens culturais e da sua comunicação e circulação em escala mundial, criando potencialidades novas para a criatividade, para a compreensão mútua entre os povos e para o diálogo entre culturas. Essas possibilidades decorrem dos novos modos de produção e de distribuição de produtos culturais – que, por exemplo, disponibilizam cada vez mais produtos audiovisuais e mediáticos para o consumo de massa -, assim como da própria evolução por que passam os meios de comunicação, cujas transformações tecnológicas modificam as percepções do tempo e do espaço das pessoas e tornam tecnicamente mais fáceis as relações entre elas, e delas com os poderes públicos em escala local, nacional e internacional.

Se tudo isso implica em novas oportunidades de reconhecimento da diversidade cultural, ao mesmo tempo, em vista do fato de que essa inovação somente beneficia, até o momento, um número muito restrito de habitantes do planeta, ela serve pouco aos propósitos de reduzir as assimetrias entre países diferentes e, mesmo, entre regiões diferentes de um mesmo país, nem serve para promover o diálogo ou o encontro entre diferentes culturas e tradições.

Os riscos daí decorrentes devem ser explicitamente reconhecidos, sem que isso implique em rechaço aos processos de mundialização da cultura, como é o caso da abertura dos mercados internacionais para os produtos culturais; mas eles devem ser acompanhados de políticas e diretrizes para o desenvolvimento que, deixando de lado os processos de auto-isolamento, assegurem que os diferentes países possam proteger as suas culturas da avalanche de produtos comerciais que possam descaracterizar as suas especificidades. Isso é particularmente mais importante para os países pequenos e médios que importam uma grande massa de produtos das indústrias culturais estrangeiras: para evitar que eles sejam vítimas do processo de homogeneização, prejudicial aos seus patrimônios culturais, é necessário que os organismos internacionais fomentem através de programas de apoio e assessoriem os Estados nacionais a adotarem estratégias de desenvolvimento da criatividade. A criatividade é em si mesma ilimitada, mas ela implica para existir em condições que estimulem o seu desenvolvimento e a sua difusão e isso depende, em grande parte, de mecanismos nacionais e internacionais de fomento e de financiamento;

– Os organismos internacionais como os citados anteriormente, aos quais se deve somar a Organização Mundial do Comércio – OMC, podem ser agentes de uma política de equilíbrio nas trocas de bens e serviços culturais. O foco dos intercâmbios culturais, hoje, está nas trocas comerciais de produtos das indústrias culturais. Se é verdade, por uma parte, que o processo de globalização da cultura dissolve, em grande parte, as fronteiras entre cultura local e cultura mundial, promovendo uma intensa abertura

comercial que envolve integração, penetração cultural e, principalmente, o risco de exclusão de certas expressões culturais do mercado, o desafio da defesa da diversidade cultural consiste em criar condições internacionais favoráveis a um ambiente de negociação que assegure, ao mesmo tempo, o fim dos protecionismos e a possibilidade de desenvolver-se o diálogo entre as culturas.

Não podem mais ser aceitos os hegemonismos comerciais, através dos quais se estabelece a ameaça de imposição de um modelo cultural único a grandes grupos de países, nem devem prevalecer os protecionismos que alimentam a ilusão de defesa isolada de expressões culturais nacionais ou locais; a tarefa envolve ações de regulação e que sejam apoiadas em acordos destinados a encorajar a universalidade das trocas culturais e a proteger o direito dos Estados nacionais adotarem políticas de defesa de suas culturas próprias. O equilíbrio, nesse caso, consiste em isolar os riscos que eliminam o diálogo entre culturas e, ao mesmo tempo, reconhecer que certos valores precisam ser preservados.

Do ponto de vista comercial, esse desafio implica que a OMC seja capaz de reconhecer a especificidade dos produtos culturais que, a exemplo do que sustentam países como o Canadá e a França, não podem ser vistos simplesmente como iguais a todas as outras mercadorias em processo de troca mas, ao contrário, devem ser percebidos como portadores de peculiaridades que expressam culturas e visões de mundo diferentes e que, enquanto tais, devem ser protegidas e estimuladas a circular amplamente. Do ponto de vista das regras internacionais, o desafio consiste em encontrar meios para harmonizar o mercado de bens e serviços culturais, criando as condições para um ambiente aberto e concorrencial, capaz de assegurar a livre circulação dos produtos culturais, longe dos riscos de impedimentos à circulação e livres de mecanismos como o dumping que, em essência, eliminam a possibilidade da livre concorrência;

Os organismos internacionais como a OEA podem desenvolver programas específicos de cooperação e parceria entre os países, particularmente, aqueles capazes de assegurar um maior intercâmbio cultural entre países pequenos, médios e grandes. Um modo de fazer isso é concentrar os esforços de cooperação em favor do desenvolvimento das indústrias culturais: enquanto para países como Canadá, México e Brasil - que, embora em graus bastante diferenciados, contam com setores industriais relativamente desenvolvidos - a questão continua a ser, em grande parte, obter recursos para investimento mais seletivo, para muitos países pequenos e médios o problema ainda é o de capital inicial necessário para poderem desenvolver uma infra-estrutura competitiva do setor, especialmente, em matéria de distribuição dos produtos culturais. Isso decorre do fato de que as desigualdades em escala mundial se expressam, também, em termos de capacidade de acesso ao conhecimento e ao avanço tecnológico.

A maior parte dos países de porte médio e pequeno não está, sequer, equipada para produzir as informações estatísticas necessárias para desenvolver processos de gerenciamento

competitivo adequados para os produtos que expressam a sua especificidade cultural. Nesse sentido, parte importante das tarefas de cooperação e parceria consiste em definir programas de financiamento para as atividades capazes de fomentar e apoiar o desenvolvimento das indústrias culturais.

Além da negociação para a formação de fundos de financiamento dessas indústrias, para o que o papel de bancos como o BID e Mundial é fundamental, pode-se estimular as organizações regionais e inter-regionais de Estados, como a ALCA e o Mercosul, a desenvolverem programas específicos de apoio a vantagens comparativas específicas das indústrias culturais de regiões. As propostas que circulam há algum tempo no âmbito do Mercosul e outros países latino-americanos no sentido de ser criada uma agência internacional de distribuição de filmes produzidos nessas regiões é um bom exemplo disso. A idéia é que, enquanto o cinema norte-americano conta com bons instrumentos de distribuição em todo o mundo, cinemas alternativos como o latino-americano operam com base em esquemas pouco competitivos de distribuição: faltam recursos de investimento, falta informação e faltam meios de gerenciamento mais competitivos. Embora não caiba aos Estados nacionais per se resolverem o problema, eles podem, no entanto, atuar para que os grandes bancos internacionais reconheçam o problema e abram linhas específicas de financiamento para pontos de estrangulamento como esse. O resultado pode ser que, através da difusão do cinema latino-americano, a riqueza e a diversidade cultural dos países dessas regiões circulem mais pelo mundo e estimulem o diálogo entre as culturas.

- **INTEGRAÇÃO**

A realidade de hoje mostra as perspectivas de um mundo multipolar. As nações se organizam em torno de grandes blocos regionais. A integração é o caminho para enfrentar os aspectos negativos e positivos da globalização e para a construção de um mundo mais equilibrado em que as relações internacionais não se realizem apenas entre países isolados, mas entre blocos representativos. Hoje se multiplicam movimentos e iniciativas de cooperação entre as nações, visando à integração progressiva de suas economias, de suas políticas, de cultura e movimentos sociais. Assim, a integração tornou-se um imperativo histórico, social e político dos países para sua integração econômica.

- **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento. Segundo a Declaração Universal da Diversidade Cultural, os indivíduos e grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos

humanos. O direito à diferença, e à construção individual e coletiva das identidades através das expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

Assim, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural estão ligados à busca da solidariedade entre os povos, à consciência da unidade do gênero humano e ao desenvolvimento dos intercâmbios culturais. Os processos de globalização e/ou mundialização, caracterizados pela rápida evolução das tecnologias da informação e da comunicação constituem hoje desafios para a preservação e promoção dessa diversidade, criando condicionamentos e ameaçando o diálogo permanente entre culturas, civilizações ou grupos sociais.

São fundamentais o respeito, a valorização e o convívio harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais. O conceito de diversidade cultural nos permite perceber que as identidades culturais nacionais não são um conjunto monolítico e único. Ao contrário, podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade.

Como o respeito a eventuais diferenças entre os indivíduos e grupos humanos é condição da cidadania, devemos tratar com carinho e eficácia da promoção da convivência harmoniosa, dos diálogos e dos intercâmbios entre os brasileiros – expressos através das diversas linguagens e expressões culturais, para a superação da violência e da intolerância entre indivíduos e grupos sociais dos nossos países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYARDO, R. & LACARRIEU, M. *Globalización e identidad cultural*, Ed. Ciccus, Buenos Aires, 1998.
- BEISIGEL, C., Educação e valores democráticos, *In: Cadernos do nosso tempo, No. 5*, Ministério da Cultura do Brasil, Rio de Janeiro, 2001.
- FEATHERSTONE, M. *Global culture: nationalism, globalization and modernity*, Sage, London, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. *The view from afar*, Basic Books, New York, 1985.
- RECONDO, G. *Mercosur – la dimensión cultural de la integración*. Ed. Ciccus, Buenos Aires, 1998.
- RELATÓRIO OEI *Relatório do Grupo de Trabalho sobre Indústrias Culturais, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Ibero-americano*. Conferência LAS CULTURAS DE IBEROAMERICA EM EL SIGLO XXI, Organização dos Estados Ibero-americanos, Rio de Janeiro, 2002.
- TOMLINSON, J. *Globalization and culture*, The University of Chicago Press, Chicago, 1999.
- UNESCO, *Nossa diversidade criadora*. Unesco/Papirus, São Paulo, 1997;

UNESCO, 2000-2010/*Diversité Culturelle: Les enjeux du marché*, Rapport final de la Table
Ronde de Ministres de la Culture, Paris, 2001.